

## **Carta 4º Encontro LGBT da UNE**

Realizado no dia 14 de julho de 2021, o 4º Encontro LGBT da UNE contou com a participação de vários estudantes, representando todas as regiões do país.

A conjuntura atual quando se é LGBT não é simples. Como se não bastasse as imensas dificuldades de vivermos sob um governo de extrema direita e completamente oposto aos sentidos das nossas lutas, nos encontramos numa convergência de crises (econômica, política, social e sanitária) somada a longa e trágica pandemia do Covid 19, uma vivência inédita, dolorosa e que nos afeta em todas as dimensões das nossas existências, individuais e coletivas.

Essa tragédia foi e segue sendo agravada pelo modo irresponsável como o Governo Bolsonaro vem lidando com a pandemia. Não é apenas por incompetência, estupidez ou incapacidade de gestão, mas um projeto político genocida que orienta toda lógica da intervenção do governo que escolhe o lucro em detrimento das vidas.

Os retrocessos dos direitos e das políticas conquistadas ao longo dos anos de 2002 a 2014 e o crescimento do fascismo custam nossas vidas, nossa integridade física, nossa saúde mental e direito de ser quem somos e amar quem amamos. Apesar de registrar-se um número de mortes violentas significativamente menor que o ano anterior, a subnotificação e os efeitos provocados pela pandemia do novo coronavírus intensificaram ainda mais o isolamento de muitos de nós, que já sofríamos os impactos pela falta de sociabilidades, referências e espaços. Além do mais, seguimos em primeiro lugar no ranking de países que mais mata LGBTs.

Não podemos esquecer que em 2020, o número de assassinatos de pessoas trans aumentou 41% em relação a 2019, 175 vidas foram interrompidas de forma brutal. E seguem sendo, segundo boletim divulgado pela ANTRA, só no primeiro semestre de 2021 já foram 78 mulheres trans e 2 homens trans brutalmente mortos,, como a da adolescente de 13 anos Keron Ravach, morta a pauladas no interior do Ceará. Dandara, Keron, Luana Kelly, Roberta e tantas outras: não esqueceremos e não vamos nos calar!

A pandemia também piorou a situação das LGBTs trabalhadoras/os/es e as que tentavam entrar no mercado de trabalho, com empresas fechando postos de trabalho e escolas operando a distância. Conforme demonstra o IBGE, enquanto os índices de desemprego crescem entre toda a classe trabalhadora, os hábitos e a cultura da sociedade

LGBTfóbica têm impedido muitas de serem aceitas e contratadas nas escassas oportunidade de empregos formais. O que nos leva a precisar recorrer a postos de trabalho cada vez mais precarizados em com altos níveis de violência aos nossos corpos.

Antes de Bolsonaro, havíamos avançado na discussão sobre preconceitos, estigmas sociais e os impactos do patriarcado em nossas vidas. Em seguida, com a eleição de Bolsonaro vimos uma pessoa abertamente LGBTfóbica, machista, racista e elitista chegar ao maior cargo do Executivo. Ele não apenas nega os direitos duramente conquistados por nós, mas representa um profundo retrocesso nos debates sobre gênero, sexualidades e políticas públicas diversas.

É importante refletir como até mesmo os direitos mais básicos já conquistados sofrem com a sua implementação precária num país como o Brasil, extremamente cristão, com movimento fundamentalistas se capitalizando cada vez mais entre as periferias e uma política liberal que mercantiliza desde as áreas mais básicas, como a saúde.

O fato de as secretarias de direitos humanos, diversidade, gênero e saúde nos estados e municípios estarem vinculadas em sua maioria as figuras políticas ligadas a igrejas e comunidades terapêuticas, além de não contarem com nenhum espaço de articulação com os movimentos sociais e sem nenhum tipo de vínculo com o movimento LGBT+, implica diretamente na não implementação das políticas públicas já existentes ou numa ampliação precarização e negligente dos serviços de assistência social e saúde.

Exemplo disso é que no último mês vimos Roberta, Travesti ser incendiada viva num dos locais de maior circulação da Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco. Roberta não apenas estava em situação de rua, vulnerável em meio a uma pandemia e desprovida de qualquer assistência em saúde, mas se encontrava em descaso mesmo estando cadastrada na rede municipal de serviços sociais. Mesmo depois do terrível crime cometido contra Roberta, ela ainda foi submetida a uma série de violências dentro das unidades de saúde até o seu falecimento.

Corpos que não atendem ao padrão cis-hetero são desprezados friamente dos espaços públicos, e a negativa na implementação de politicas publicas já existentes custa vidas todos os dias.

A vida da população LGBT no Brasil é atravessada diretamente pelo aprofundamento do golpe e suas medidas antinacionais, antipopulares e antidemocráticas. Devemos lembrar que uma das primeiras ações do atual governo foi retirar a população das diretrizes de

direitos humanos e proibiu qualquer termo associado à ela das peças publicitárias. Existe nitidamente um apagamento das discussões sobre gênero e sexualidade. O Governo ainda dificultou os processos democráticos no campo dos direitos LGBTs de outras maneiras, como diminuindo participações da sociedade civil em conselhos e coordenadorias a nível nacional.

Apesar de nas últimas eleições o número de candidaturas LGBT ter aumentado de forma significativa, é fato que ainda sofremos muito com o preconceito e a exclusão. O Brasil elegeu no último pleito eleitoral, 30 vereadoras trans, mulheres que tiveram votações expressivas nas urnas, mas que enfrentam uma rotina de preconceito, intolerância e violência nos legislativos municipais. A mulher mais bem votada no Brasil em 2020 e primeira mulher trans eleita para a Câmara dos vereadores de São Paulo, Erika Hilton, foi recentemente ameaçada de morte nas redes sociais. A vereadora Veronica dos Santos, lésbica, sofreu ofensas do também vereador Paulo Eduardo Gomes por sua orientação sexual e Brasil afora vemos diversos casos de perseguições políticas, inclusive dentro dos espaços oficiais.

A pandemia nos mostrou a importância da ciência, do investimento em tecnologia e a necessidade urgente de valorizar nossas universidades, que entre suas tantas funções sociais também desempenham papel fundamental para nós. Já diria Paulo Freire, a educação por si não muda o mundo, ela muda as pessoas e estas o transformam, e é no espaço universitário que na maioria das vezes temos acesso ao debate dos direitos da nossa população. Mas infelizmente, esse ainda é um lugar extremamente restrito, muitas pessoas não conseguem sequer concluir o ensino médio.

Houve conquistas importantíssimas no que diz respeito à inclusão de pessoas LGBTs na universidade, como o direito ao nome social, mas ainda são necessários avanços. Em um país que 70% da população trans nem chegou a concluir o ensino médio é urgente debater acesso e permanência, principalmente para pessoas em maior vulnerabilidade. É importante, inclusive, que a pesquisa e estudos sobre a temática LGBT recebam mais incentivos para que consigamos avançar na formulação de políticas públicas.

Em uma sociedade que constantemente inviabiliza nossa existência, é preciso que a educação seja pilar de reparação da desigualdade social que afeta sobretudo a população de travestis, mulheres e homens trans, transmasculines e demais pessoas trans. É necessário cada vez mais falar na necessidade de cotas para garantia do acesso à

universidade e a construção científica pela população T, que tem sido prejudicada historicamente.

Sabemos que o Brasil é um país com histórico racista e de desigualdade racial, em que os corpos de negros e negras e da população indígena são alvos diretos desse racismo. Corpos negros tombam na luta há anos e seguem tombando, e por isso entendemos que o direito à vida do povo negro LGBT deve ser garantido com políticas públicas eficientes, que combatam o genocídio do povo negro e a LGBTfobia. Tratar a segurança pública como prioridade no frente de luta contra as várias formas de opressão da LGBTfobia é imediato.

Para além da luta pela vida, são grandes as tormentas que a hipersexualização dos corpos negros causam às nossas vidas e mentes. Fruto também de uma exposição e hiperssexualização do povo negro na mídia, nossos corpos são objetificados e violados diariamente, sendo constantemente alvo direto da cultura do estupro e do machismo e uma das grandes causas do adoecimento mental e físico dos jovens negros e negras LGBT's. A desconstrução dessa realidade passa necessariamente pela conscientização geral de que nossos corpos pertencem a nós e que não estamos à venda como carnes em açougues. Esse é o único caminho para uma sociedade mais justa e menos violenta aos corpos e mentes das negritudes LGBT's.

Além disso, há uma crescente necessidade de enfrentarmos a epidemia de HIV/AIDS e outras ISTs, entre a população jovem LGBT. Sempre fomos associados ao HIV de modo a desvalorizar nossa existência. Por isso, é necessário reforçar sempre que essa não é a realidade, mas que enfrentamos situações de vulnerabilidade sociais e programáticas que refletem-se em pesquisas cada vez mais alarmantes. Ao mesmo tempo, temos que nos apropriar do debate, desestigmatizando o diagnóstico e a ideia de viver com HIV. A luta pelo acesso a uma saúde pública e universal, sem discriminação, que nos enxergue como pessoas por completo, entendendo todas as necessidades de saúde e nossas vulnerabilidades se coloca como prioridade.

É urgente fomentar o debate sobre a educação sexual nas instituições de ensino, como forma segura, científica e acessível para introduzir as discussões em torno da saúde sexual, das sexualidades e dos gêneros.

Só quando nossas sexualidades e a diversidade dos corpos forem plenamente reconhecidas, seremos capazes de pensar uma prevenção de fato acessível, um

tratamento completo e, assim, de garantir que todos tenham seu direito à saúde plenamente assegurados. A determinação social do processo saúde-doença demonstra que, além do reconhecimento da nossa sexualidade, é necessário a construção de uma sociedade que assegure educação, moradia, transporte, alimentação, lazer a toda a população e não se limite apenas à políticas de acesso a serviços de saúde públicos e de qualidade, tendo em vista que a garantia ou não de todos esses direitos determinam a qualidade e expectativa de vida de toda a população.

É urgente elevar o debate sobre qual o Brasil que queremos, entendendo que o aprofundamento das liberdades democráticas perpassa pelo combate às opressões. Em tempos de crise, percebemos que saídas reacionárias e conservadoras aos problemas que enfrentamos crescem, especialmente, entre a juventude. A descrença na democracia brasileira, a exaltação de regimes autoritários e torturadores, os pedidos de intervenção militar, a ridicularização dos direitos humanos, a perseguição dos movimentos sociais crescem na consciência do povo.

A possibilidade de conquista de direitos para as LGBTs está vinculada ao processo de enfrentamento e retomada da nossa democracia, da construção de solidariedade entre o povo e a derrota das forças fascista nas ruas e nas urnas. A luta LGBT sempre foi coletiva e irrevogavelmente política. Lutamos para existir e se o principal governante do país nos ataca diariamente precisamos cada vez mais resistir e avançar na coletividade.

Por isso, propomos:

- Apresentação de um documento apresentando de forma qualificada a síntese dos debates promovidos durante o IV Encontro LGBT;
- Lutar pela garantia de utilização do nome social nas universidades;
- Lutar por mais financiamento para a ciência, para que possamos avançar ainda mais na elaboração de políticas públicas;
- Lutar pela criação de comitês de direitos humanos nas universidades, com plena participação estudantil;
- Mobilização pelas cotas trans na graduação e na pós-graduação, para que se expandam para mais universidades;

- Elaboração de relatórios e pesquisas que promovam dados estatísticos sobre pessoas LGBT nas escolas e universidades;
- Lutar pela existência de políticas específicas de assistência e permanência estudantil para as pessoas LGBT;
- Promoção de projetos de extensão que garantam um acolhimento da população LGBT excluída da universidade;
- Realização de debates para conscientização e prevenção de ISTs para as pessoas LGBT;
- Retomada do projeto Universidade Fora do Armário (UFA) e fomentar campanhas de combate LGBTfobia nas universidades;
- Incentivar a criação de frentes auto organizadas de estudantes LGBTs nas universidades;
- Construir redes de solidariedade com/para LGBT nas universidades e escolas;
- Defender as liberdades democráticas;
- Impeachment do Governo Bolsonaro já!

Brasil, 14 de julho de 2021